



Eixo: Política Social e Serviço Social.

Sub-eixo: Fundo Público e Orçamento das Políticas Sociais.

AS POLÍTICAS SOCIAIS BRASILEIRAS NA CONTEMPORANEIDADE: O PAPEL DO FUNDO PÚBLICO

MARCELLA IRANDA DA SILVA¹
MARTA COSTA SENA²
THAINÁ BASTOS SOARES³

Resumo: Este trabalho teve por objetivo analisar as políticas sociais na sociedade brasileira desde o início de sua oferta até o atual estágio. Reflete sobre a formação do fundo público e a formação do orçamento público como elemento primordial para a materialização das políticas sociais. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, baseada na teoria social crítica. A pesquisa apontou que, historicamente, as políticas sociais brasileiras estão subordinadas a lógica do capital, o que dificulta a concretização dos direitos sociais.

Palavras-chave: Política Social; Fundo Público; Financiamento.

Abstract: Este trabajo tuvo por objetivo analizar las políticas sociales en la sociedad brasileña desde el inicio de su oferta hasta la actual etapa. Refleja sobre la formación del fondo público y la formación del presupuesto público como elemento primordial para la materialización de las políticas sociales. Se trata de una investigación bibliográfica, basada en la teoría social crítica. La investigación apuntó que, históricamente, las políticas sociales brasileñas están subordinadas a la lógica del capital, lo que dificulta la concreción de los derechos sociales.

Keywords: Política Social; Fondo Público; Financiamento.

1 INTRODUÇÃO

As políticas sociais se desenvolveram no modo de produção capitalista a partir da organização política dos trabalhadores pressionando o Estado em defesa da garantia e ampliação de seus direitos. Assim, as políticas sociais se configuram como mecanismos necessários à reprodução da força de trabalho.

O contexto histórico, político, econômico, social e cultural determinam diretamente nas configurações assumidas pelas políticas sociais, portanto, este artigo visou analisar o estágio das políticas sociais brasileiras, para tal, no primeiro momento, realizou uma caracterização histórica sobre sua origem e seu desenvolvimento. Logo depois, apresentou a configuração das políticas

¹ Professor com formação em Serviço Social. Universidade Ceuma.

² Estudante de Graduação. Universidade Ceuma.

³ Estudante de Graduação. Universidade Ceuma.

sociais na atualidade, destacando as relações estabelecidas entre Estado e sociedade civil. Em seguida, refletiu sobre o financiamento das políticas sociais, com destaque para o fundo público na sociedade capitalista e o orçamento público como espaço de correlação de forças e disputas de projetos diferentes.

A ênfase dada à política econômica pelo governo brasileiro não possibilita a materialização das políticas sociais tal como elas estão regulamentadas na Constituição Federal de 1988 (CF/1988). O modelo de intervenção do Estado adotado a partir da década de 1990, desresponsabiliza o da oferta de serviços sociais e o mantém como instrumento importante para o processo de acumulação capitalista.

2 O DESENVOLVIMENTO DAS POLÍTICAS SOCIAIS: elementos históricos

Para compreensão da configuração do fundo público na atualidade é necessário desvelar o contexto histórico que as políticas sociais se desenvolvem e os rebatimentos na organização da sociedade, sua ideologia e principalmente no foco que as políticas sociais serão inscritas para a população.

Entende-se que as políticas sociais são resultado de uma relação complexa e contraditória, carregada de múltiplas determinações que envolvem o Estado e a sociedade, no seio dos conflitos e lutas da classe trabalhadora, diretamente relacionada com o processo de produção e reprodução do capitalismo (BEHRING e BOSCHETTI, 2011).

É importante compreender a realidade social a partir de um panorama multilateral, não como um conjunto de fatos isolados, mas compreendida como expressão contraditória da realidade, devendo ser vista não como fato em si, mas como fatos estruturais da realidade. Assim, a análise das políticas sociais apenas pelo prisma econômico, reduz a sua ação apenas como reprodutor da força de trabalho e forma de elevar a produtividade, ou apenas focado na perspectiva política, cooptando a classe trabalhadora mediante a aceitação dos mesmos ao sistema contribuindo para a legitimação da ordem capitalista (BEHRING e BOSCHETTI, 2011).

Assimilar a política social requer uma análise da realidade em sua totalidade, que é estruturada e vai se moldando de acordo com os processos históricos, econômicos e culturais das expressões cada vez mais latentes da questão social, compreendida como o resultado “do conjunto de desigualdades sociais engendradas pelas relações sociais constitutivas capitalismo contemporâneo” (YAZBEK, 2008, p.5) que resultou na pauperização da classe trabalhadora.

As políticas sociais surgem como resposta à pressão das classes subalternas mediante a esse agravamento da miséria gerado pela acumulação e reprodução ampliada do capital, pois à medida que as inovações tecnológicas marcham em direção à evolução e produção de riqueza, a pobreza e a miséria elevavam-se manifestada nas péssimas condições de vida e de trabalho, além das longas jornadas de trabalho em que eram expostas crianças, idosos e mulheres. A acumulação desigual do capital possibilitou a organização política dos trabalhadores, que passa a pressionar o Estado em busca de respostas para suas demandas.

Para manter as condições necessárias para produção e reprodução do capital, o Estado, gradativamente responde as reivindicações da classe trabalhadora, via políticas sociais, compreendidas como formas de enfrentamento às expressões da questão social. A oferta das políticas sociais é influenciada pelo contexto histórico, econômico, político e social.

Na transição do século XIX para o século XX, o Estado liberal tinha como marca o livre mercado e a racionalidade individualista, em que cada indivíduo deveria agir de acordo com seus próprios interesses, logo a intervenção do Estado deve ser mínima, pois sua ideologia estava fundamentada na ideia do mérito, em que cada um por esforço próprio, conseguiria suprir suas necessidades sem o auxílio das políticas sociais (BEHRING e BOSCHETTI, 2011). No entanto, a pressão exercida pela classe trabalhadora possibilitou ampliação de seus direitos, como o direito político, ou seja, o direito de voto e de organização política.

O enfraquecimento das bases materiais e subjetivas de sustentação dos argumentos liberais ocorreu ao longo da segunda metade do século XIX e no início do século XX, como resultado de alguns processos político-econômicos, dos quais vale destacar dois. O

primeiro foi o crescimento do movimento operário [...] O segundo e não menos significativo processo foi à concentração e monopolização do capital, demolindo a utopia liberal do indivíduo empreendedor orientado por sentimentos morais. (BEHRING, 2008, p. 19)

A partir da terceira década do século XX os pressupostos liberais começam a serem questionados após a Crise de 1929 resultante da queda da bolsa de valores de Nova York, as ideias propostas por Keynes⁴ ganham espaço, o que refletiu na configuração da intervenção do Estado na economia e na sociedade. As políticas *keynesianas* tinham como objetivos o pleno emprego, a criação de políticas e serviços sociais, entre outros tendo em vista a criação de demandas e ampliação do mercado de consumo (YAZBEK, 2008).

Assim, na perda de hegemonia liberal para o pacto keynesiano-fordista nos solo histórico no século XX, criou-se certo consenso quanto à necessidade de regulação do sistema econômico, sem que o mercado e o poder hegemônico burguês perdessem seu papel central na sociedade. Nesse contexto, diferentemente do trato liberal à política social, agregam-se aos direitos civis e políticos, nos países europeus centrais, os direitos sociais, fundamentais na melhoria das condições de vida, ainda que distantes do horizonte da emancipação humana (TEIXEIRA, 2012, p. 183).

O Estado de Bem-Estar Social, como ficou conhecido o período em que as ideias de Keynes vigoraram, caracteriza-se pela responsabilidade do Estado em proporcionar o bem-estar para seus membros, por meio de um conjunto de serviços ofertados para possibilitar condições mínimas de vida para todos os cidadãos (YAZBEK, 2008).

Tal experiência não se concretizou na sociedade brasileira da mesma forma que nos países de capitalismo central, pois a história do Brasil é marcada pela sua herança escravocrata e colonial. A economia periférica brasileira evidencia uma relação de dependência e subordinação frente às mudanças e determinações que ocorreram (e ainda ocorrem) nos países de capitalismo central, no Brasil as políticas sociais foram introduzidas entre os anos de 1930 a 1943 (DRAIBE, 1990 *apud* BEHRING E BOSCHETTI, 2011).

Vale ressaltar que anteriormente no contexto da Primeira República as expressões da questão social eram vistas como caso de polícia, como aponta Cerqueira Filho (1982) sendo inscrita no campo da criminalidade e da

⁴ John Maynard Keynes (1883-1946) defendia a intervenção estatal para reativar a produção (BEHRING e BOSCHETTI, 2011).

desordem, sendo ignorada pela elite dominante daquele período e enfrentada de forma repressiva e violenta.

Somente no governo de Getúlio Vargas (1930-1945) as expressões da questão social passam a ser tratadas como caso de política, porém de forma restrita e incompleta. Nesse contexto os movimentos operários estavam ganhando força e impulsionou uma iniciativa para “a regulamentação das relações de trabalho buscando transformar a luta de classes em colaboração de classe” (BEHRING E BOSCHETTI, 2011, p.107). As primeiras iniciativas de políticas sociais no Brasil apresentam-se como uma política fragmentada e seletiva, sem a perspectiva de universalização, pois tais “conquistas” eram usufruídas apenas por aqueles trabalhadores assalariados⁵, mantendo a atenção aos pobres através dos atos de caridade e benevolência.

3 ATUAL CONFIGURAÇÃO DAS POLÍTICAS SOCIAIS BRASILEIRAS

As políticas sociais decorrem do desenvolvimento do sistema capitalista, como mecanismo necessário à manutenção da produção e reprodução das relações sociais. O Estado, para garantir a legitimação do sistema, viabiliza por meio das políticas sociais, respostas à questão social em suas mais diversas expressões.

A política social enquadra-se precisamente entre os meios ou recursos empregados pelo Estado capitalista para efetivar, legitimar e/ou ‘naturalizar a dominação das classes trabalhadoras no nível da superestrutura jurídico-política-ideológica e da infraestrutura socioeconômica do sistema’ (ANDRADE, 2015, p. 24).

Dessa forma, o Estado corresponde, em maior ou menor grau, aos interesses de um sistema, cujo objetivo é a máxima reprodução do domínio econômico e das relações sociais. A necessidade de ampliação do capital influencia na forma como serão ofertadas as políticas sociais e, em sua última crise⁶, articulou um projeto de reorganização, o que significou a reestruturação na esfera econômica e um reajustamento social e político.

Em 1970, num contexto de crise do petróleo, de instabilidade financeira e de redução da acumulação capitalista, ganha destaque no cenário político

⁵ O acesso aos direitos sociais estavam atrelados a inserção dos indivíduos no mercado de trabalho forma.

⁶ A crise da década de 1970 marca uma mudança no padrão de intervenção do Estado.

internacional o projeto neoliberal que apresenta como características as medidas de reorganização econômica e reformas institucionais. Tais medidas foram influenciadas por grupos políticos conservadores dos países de economia central que propunham mudanças em seus planos de governo, como a regulação na estrutura produtiva, na política e na sociedade, privatização de empresas públicas e desmonte das Leis Trabalhistas.

O movimento conservador cresceu com intuito de eliminar os avanços constituídos no Estado de Bem-Estar Social, pois, suas propostas, estimuladas por organismos financeiros internacionais, principalmente, o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional, preconiza a defesa do livre mercado e o considera a principal esfera reguladora das relações sociais.

O neoliberalismo, ao ter seus princípios expressos na economia de mercado, na regulação estatal mínima e na formação de uma cultura que deriva liberdade política da liberdade econômica, vai de encontro à ordem societária, que, desde a Segunda Guerra, nos países do capitalismo central, tornou-se hegemônica e permitiu, durante um período excepcional na história do capitalismo, um maior equilíbrio entre as forças do mercado e do trabalho (MOTA 1998, *Apud* ALENCAR 2009, p. 03).

Nos países periféricos, os organismos financeiros internacionais desenvolvem uma política visando controlar e submeter às economias locais às regras do capital financeiro internacional. Nesse sentido, a partir da década de 1990 o Estado brasileiro vai incluir em seu plano de governo, as propostas pensadas pelos neoliberais, ajustando sua economia ao processo de mundialização do capital, realizando a privatização do Estado, a redução dos gastos públicos, além da redução dos direitos sociais e a precarização das relações de trabalho.

O papel que o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional efetivamente desempenham na economia mundial, e, especialmente, nos países periféricos, revela-se por meio da função disciplinadora assumida dentro da economia capitalista internacional, ou seja, uma rígida disciplina fiscal (GUILHERME, NOGUEIRA, 2010, p. 331).

O período anterior à adesão ao projeto neoliberal no Brasil foi marcado por fortes lutas dos setores da sociedade civil e dos movimentos sociais em prol da redemocratização e ampliação de direitos sociais. Porém, as políticas neoliberais dificultaram a implementação das conquistas constitucionais.

Este forte engajamento popular pode ser francamente resumido por meio da Constituição Federal de 1988 que instaurou, ao menos formalmente, um novo período no Brasil. Contudo, as expectativas democráticas passaram a conviver com o ajuste estrutural da economia e com as limitações dos gastos públicos (GUILHERME, NOGUEIRA, 2010, p. 332).

A (contra) Reforma do Estado iniciada na transição entre as décadas de 1980 e 1990 tinha o propósito redefinir o papel do Estado articulado às mudanças econômicas mundiais, assim, apesar das regulamentações formais, as políticas sociais assumem um perfil focalizado e fragmentado.

A tendência geral tem sido a de restrição e redução dos direitos, sob o argumento da crise fiscal do Estado, transformando as políticas sociais – a depender da correlação de forças entre as classes sociais e segmentos de classe e do grau de consolidação da democracia e da política social nos países – em ações pontuais e compensatórias direcionadas para os efeitos perversos da crise. As possibilidades preventivas e até eventualmente redistributivas tornam-se mais limitadas, prevalecendo o já referido trinômio articulado do ideário neoliberal para as políticas sociais, qual seja: a privatização, a focalização e a descentralização (BEHRING E BOSCHETTI, 2011, p. 156).

De acordo com Montaño (2004) existem três tipos de respostas ao novo trato da questão social: (i) a precarização, no que se refere ao público alvo das políticas, ou seja, nessa nova roupagem, as políticas irão atender apenas a população extremamente pobre; (ii) a privatização, com o processo de re-mercantilização dos serviços sociais e re-filantropização das respostas à questão social; (iii) desresponsabilização do Estado na oferta das políticas sociais, transferindo essa iniciativa para a sociedade civil.

Essas respostas exercem uma função econômica e ideológica, pois, geralmente as organizações do “terceiro setor” não possuem condições de autofinanciar-se, necessitando assim da transferência de fundo público para a execução dos serviços (MONTAÑO, 2004). Assim, ao transferir responsabilidade das respostas à questão social para o “terceiro setor”, o Estado mantém a reprodução capitalista.

O denominado “‘terceiro setor’ foi cunhado por intelectuais orgânicos do capital, e isso sinaliza clara ligação com os interesses de classe, nas transformações necessárias à alta burguesia” (MONTAÑO, 2010, p. 53). A parceria do Estado e sociedade civil (Organização Não Governamental - ONG, fundações empresariais, associações, entidades filantrópicas, etc.), levanta

críticas quanto à efetivação dos direitos da população usuária, pois foi criada pela lógica capitalista e para sua manutenção.

Dessa forma, o que é chamado 'terceiro setor' numa perspectiva crítica da realidade, refere-se a um fenômeno real, ao mesmo tempo inserido e produto da reestruturação do capital, pautado nos (ou funcional aos) princípios neoliberais: um novo padrão (nova modalidade, fundamento e responsabilidades). Para a função social de resposta à 'questão social', seguindo os valores da solidariedade local, da autoajuda e da ajuda mútua (MONTANÕ 2002, *Apud* ANDRADE, 2015, p. 86).

Por ser fruto da lógica capitalista, o terceiro setor não faz um real enfrentamento às expressões da questão social, desresponsabiliza o Estado e reforça o caráter assistencialista e filantrópico, eliminando a lógica dos direitos; nisso, a nova roupagem das políticas sociais assumem um caráter fragmentado e de cunho paliativo, voltado para as necessidades mais urgentes da população, devido ao pequeno nível de abrangência das organizações.

Em suma, a supervalorização do chamado 'terceiro setor' tem de fato levado à hegemonia das tendências de despolitização da 'questão social', remetendo o seu enfrentamento ao âmbito privado, à sociedade civil, identificada pelo conjunto de organizações privadas, muitas vezes heterogêneas e díspares quanto à sua natureza e âmbito de atuação. Neste contexto, observa-se um profundo deslocamento quanto aos direitos sociais agora transmutados em 'direito moral', sob os princípios abstratos da 'ajuda mútua' e 'solidariedade' (ALENCAR, 2009, p. 9)

O novo padrão dos serviços também altera as condições de trabalho do assistente social (historicamente executor das políticas sociais), criando novas funções e competências. Por outro lado, a diminuição das demandas ocasionou a diminuição dos espaços ocupacionais da profissão, bem como a precarização das condições de trabalho "configura-se uma processualidade que produz a fragmentação do mercado de trabalho que pode, inclusive, acarretar a desagregação profissional." (NETTO 1996, *Apud* ALENCAR 2009, p. 13).

4 O FUNDO PÚBLICO E O FINANCIAMENTO DAS POLÍTICAS SOCIAIS

A dinâmica das políticas sociais no capitalismo contemporâneo é fortemente marcada pela configuração do fundo público⁷ e pela organização do orçamento público. Historicamente, o fundo público se configura como um

⁷ A realização do fundo público se dá por meio de impostos, contribuições, taxas.

importante mecanismo para manutenção do capitalismo e de suas relações sociais, assim, “o fundo público ocupa um papel relevante na articulação das políticas sociais e na sua relação com a reprodução do capital. A presença dos fundos públicos na reprodução da força de trabalho e gastos sociais é uma questão estrutural do capitalismo” (SALVADOR, 2012, p. 07).

No capitalismo contemporâneo, o fundo público exerce uma função ativa nas políticas macroeconômicas, sendo essencial tanto na esfera da acumulação produtiva quanto no âmbito das políticas sociais. O fundo público tem papel relevante para a manutenção do capitalismo na esfera econômica e na garantia do contrato social. O alargamento das políticas sociais garante a expansão do mercado de consumo, ao mesmo tempo em que os recursos públicos são financiadores de políticas anticíclicas nos períodos de refração da atividade econômica. (SALVADOR, 2012, p. 5).

As políticas anticíclicas keynesianas adotadas no período pós II Guerra Mundial representaram um padrão de financiamento público na economia capitalista (OLIVEIRA, 2008).

Este pode ser sintetizado na sistematização de uma esfera pública onde, a partir de regras universais e pactuadas, o fundo público, em suas diversas formas, passou a ser pressuposto do financiamento da acumulação do capital, de um lado, e, de outro, do financiamento da reprodução da força de trabalho, atingindo globalmente toda a população por meio dos gastos sociais (OLIVEIRA, 2008, p. 19).

As transformações societárias ocorridas em escala mundial a partir da década de 1970, em respostas a crise do capital, resultaram em uma nova forma de organização da burguesia. Mudanças significativas foram implementadas no âmbito da produção e das estruturas políticas visando atualizar os mecanismos de controle do capital (AMARAL; CESAR, 2009).

A articulação dos processos de reestruturação produtiva, globalização financeira e neoliberalismo alteraram a organização das empresas e do Estado na oferta das políticas sociais. Manifesta-se uma nova forma de intervir nas expressões da questão social, por meio de parcerias público-privado para oferta de serviços de responsabilidade do Estado.

A empresa adquire, assim, um poder indispensável ao exercício da política que ela quer e referencia: retirar da arena pública os conflitos distributivos e, cada vez mais, tornar o Estado um instrumento efetivo para a consecução de seus interesses econômicos e financeiros, por meio de uma renovada articulação entre público e privado. Trata-se de fortalecer a subordinação dos fundos públicos aos interesses privados, que tentam se tornar identificados com o interesse público.

Mais que tentar privatizar o 'público', o empresariado parece intencionar 'publicizar' o privado e, assim, diluir as fronteiras do conflito pela distribuição social dos bens coletivos, com base na cooperação entre atores governamentais e não-governamentais, em nome de interesses compartilhados no seio da 'sociedade civil' (AMARAL; CESAR, 2009, p. 06).

O fundo público reflete as tensões e disputas existentes na sociedade “a decisão sobre os objetivos de gastos do Estado e a fonte dos recursos para financiá-lo não é somente econômica, mas principalmente são escolhas políticas, refletindo a correlação de forças sociais e políticas atuantes e que têm hegemonia na sociedade” (SALVADOR, 2012, p. 8). No Brasil, a CF/1988, ao reconhecer os direitos do cidadão e a responsabilidade do Estado, apresenta uma grande conquista, a vinculação de recursos para a oferta das políticas sociais.

Art. 165. Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:

§ 5º A lei orçamentária anual compreenderá:

I - o orçamento fiscal referente aos Poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo poder público;

II - o orçamento de investimento das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto;

III - o orçamento da seguridade social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta ou indireta, bem como os fundos e fundações instituídos e mantidos pelo poder público. (BRASIL, 1988).

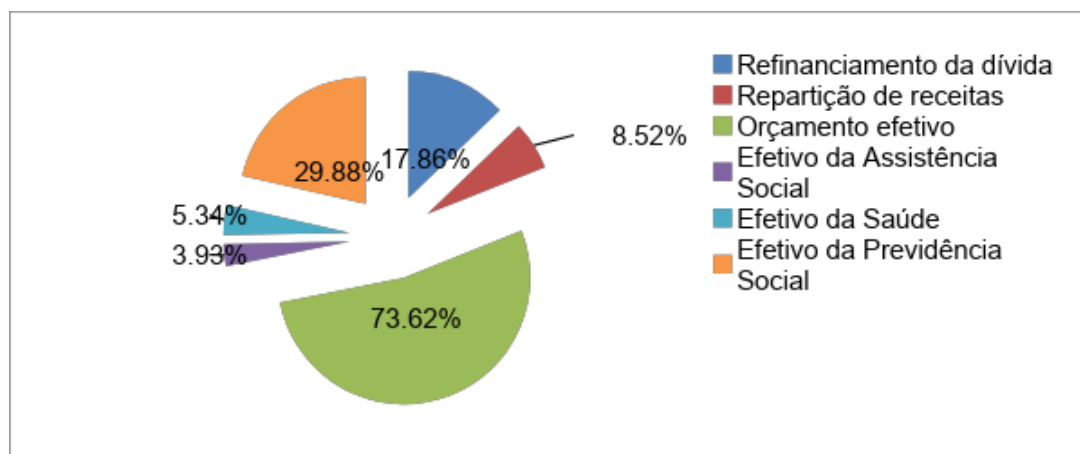
As ações do Estado são materializadas a partir da definição do orçamento público, logo, o orçamento público se configura como um espaço político em que estão em disputa vários projetos. A origem, o montante e o destino dos recursos do orçamento público federal são expressos na Lei Orçamentária Anual (LOA)⁸.

O artigo 195 da CF/1988 define que a seguridade social será financiada por toda a sociedade, de forma direta e indireta, mediante recursos dos orçamentos da União, dos estados, do Distrito Federal, dos municípios e das contribuições sociais.

⁸ A LOA deve ser encaminhada ao Congresso Nacional até o dia 31 de agosto de cada ano pelo Presidente da República, ao congresso cabe discutir e votar o orçamento até o dia 22 de dezembro de cada ano.

Tais políticas possuem fundos específicos para o seu financiamento: o Fundo do Regime Geral da Previdência Social (FRGPS), o Fundo Nacional de Saúde (FNS) e o Fundo Nacional da Assistência Social (FNAS).

Figura 1: Participação da Seguridade Social no orçamento efetivo da União. Brasil. 2018



Fonte: Plataforma Siga Brasil - Senado Federal (elaboração própria)

Embora haja a determinação legal para destinação de recursos públicos para oferta das políticas sociais, a política econômica adotada pelo governo brasileiro a partir da década de 1990 não permitiu a operacionalização dessas políticas como previsto constitucionalmente. O Estado brasileiro concentrou-se mais na necessidade de gerar *superávit* primário⁹ para o pagamento dos juros da dívida externa ao Fundo Monetário Internacional (FMI) do que em ofertar serviços sociais para a população.

Para submeter as políticas sociais à lógica econômica, o Estado utiliza o discurso ideológico de que para garantir eficiência na oferta de serviços sociais é necessário a participação da iniciativa privada e sociedade civil na oferta de serviços sociais.

A redução da atuação do Estado e a ampliação da atuação do “terceiro setor” possibilita um debate a respeito da garantia dos direitos sociais. O Estado é o responsável por garantir a materialização dos direitos sociais expressos na CF/1988, ao transferir suas responsabilidades, há uma conversão de direitos em serviços. A iniciativa privada e as organizações da

⁹ Resultado positivo após a diferença entre receitas e despesas.

sociedade civil ofertam apenas serviços, na condição de complementar as ações estatais.

Os últimos anos do século XX representou muito bem o cenário apresentado anteriormente com o crescimento quantitativo de instituições privadas ofertando serviços de saúde, educação e previdência privada e de instituições do “terceiro setor”¹⁰.

Os primeiros anos do século XXI não apresentaram mudanças significativas, apesar da ascensão do governo do Partido dos Trabalhadores (PT) entre os anos de 2003 e 2016¹¹, foi mantida uma política econômica alinhada às determinações dos organismos financeiros internacionais. Porém, vale destacar os avanços na materialização da política de assistência social, que representou a consolidação de muitas lutas dos movimentos sociais em defesa de tal política.

Em 2016, foi apresentada a PEC 55/2016 ou PEC do teto dos gastos públicos com a justificativa de instituir o Novo Regime Fiscal no âmbito dos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social da União para vigorar por 20 anos. Após sua aprovação em 15 de dezembro de 2016 foi convertida na Emenda Constitucional nº 95 que alterou o ato das disposições constitucionais transitórias, para instituir o novo regime fiscal.

O modelo político e econômico brasileiro adotado a partir de 2016 representa claramente o cenário regressivo e conservador no que tange as políticas sociais. O interesse em atender aos ditames de ampliação do capital limita o orçamento das políticas sociais o que impacta diretamente em sua efetividade, limita seu alcance, precariza os serviços.

5 CONCLUSÕES

O atual estágio do capitalismo impacta diretamente na organização econômica, política e social dos países. Os países de economia periférica, como o Brasil, ao se inserirem na dinâmica globalizada do capital orientado pelos organismos financeiros internacionais, precisam definir sua política

¹⁰ De acordo com o Observatório do Terceiro Setor, em 2017, existiam cerca de 400 mil Organizações da Sociedade Civil (OSCs) empregando mais de 2 milhões de pessoas.

¹¹ Interrompido por meio de um golpe político que instaurou um governo autoritário e conservador.

econômica, fiscal e social de modo a diminuir gastos para pagamento da dívida externa.

Mesmo sendo legalmente instituídas, as políticas sociais no neoliberalismo assume um caráter focalizado e fragmentado. O Estado neoliberal transfere a ofertas dessas políticas para a iniciativa privada e para as organizações do “terceiro setor”, diminuindo seu alcance e sua efetividade.

Vale ressaltar, que mesmo sendo utilizado como estratégia para ampliação do acumulo do capital as entidades do “terceiro setor” podem constituir-se espaços de organização de lutas em favor da ampliação das políticas sociais, desde que para isso disponha de uma estrutura humana, técnica, financeira, mas principalmente de um novo ideal de sociedade, para além dos limites da sociedade capitalista.

Mediante tal cenário, é necessário que se vislumbre para além das críticas e questionamentos. A realidade da precariedade dos serviços públicos não deve ser empecilho para o cotidiano profissional do assistente social, é preciso superar essa concepção fatalista e desesperançosa. “Um dos maiores desafios que o assistente social vive no presente é desenvolver sua capacidade de decifrar a realidade e construir propostas de trabalho criativas e capazes de preservar, efetivar direitos, a partir de demandas emergentes no cotidiano.” (IAMAMOTO, 2000, p. 20).

REFERENCIAIS

ALENCAR, Mônica Maria Torres de. O trabalho do assistente social nas organizações privadas não lucrativas. In: ABEPSS. **Serviço Social: direitos e competências**. CFESS/ABEPSS, Brasília, 2009.

ANDRADE, Renato. **Serviço social, gestão e Terceiro Setor: dilema nas políticas sociais**. São Paulo: Saraiva, 2015.

AMARAL, Ângela; CESAR, Monica. O Trabalho do Assistente Social nas Fundações Empresariais. IN: ABEPSS. **Serviço Social: direitos e competências**. CFESS/ABEPSS, Brasília, 2009.

BEHRING, Elaine Rossetti. BOSCHETTI, Ivonete. **Política Social: fundamentos e história**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

CERQUEIRA FILHO, Gisálio. **A “Questão Social” no Brasil: crítica ao discurso político**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

IAMAMOTO, Maria Vilela. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo: Cortez, 2000.

GUILHERME, Rosilaine; NOGUEIRA, Vera. A reforma do Estado e suas implicações nas políticas sociais. **Revista de Políticas Públicas**, São Luís: UFMA, v. 19, n. 3, 2016.

MONTAÑO, C. E. **Terceiro setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social**. São Paulo: Cortez, 2010.

_____. O projeto neoliberal de resposta à 'questão social' e a funcionalidade do 'terceiro Setor'. **Revista Lutas Sociais**, NEILS/PUC-SP, São Paulo: Ed. Pulsar, n. 8, p. 53-64, 1. sem. 2002.

OLIVEIRA, Luciana V. N. **Estado e políticas públicas no Brasil: desafios ante a conjuntura neoliberal**. Revista Serviço Social e Sociedade, São Paulo, Cortez, n. 93, ano XXIX, 2008.

OLIVEIRA, F. **Os direitos do antivalor: a economia política da hegemonia imperfeita**. Petrópolis: Vozes, 1998.

SALVADOR, Evilásio. Fundo Público e o financiamento das Políticas Sociais no Brasil. **Serviço Social em Revista**, Londrina, v. 14, n.2, jan./jun. 2012.

TEIXEIRA, Sandra. Por trás do fundo público, o que está em jogo é a democracia. IN: SALVADOR, Evilásio. et al. **Financeirização, fundo público e política social**. São Paulo: Cortez, 2012

YAZBEK, Maria Carmelita. **Estado e Políticas Sociais**. Praia Vermelha (UFRJ). v.18. p. 72-94, 2008.